

A comprovação de exclusividade atrela-se ao PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA Nº 5002514-61.2025.8.21.0046/RS do Ministério Público Estadual, e pelo LAUDO SOCIAL, após visita.

Documentos encontram-se em sigilo, em anexo ao processo físico de inexigibilidade.

REQUERENTE: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul